



BOAL NO CAP
O dramaturgo que mudou o teatro brasileiro foi aluno de Engenharia Química da UFRJ e será homenageado pelo Colégio de Aplicação

Página 8

POR UNANIMIDADE, CONSELHO UNIVERSITÁRIO APROVOU ORÇAMENTO DA UFRJ

Página 4

ESPE
RANÇA



EDITORIAL

CAR@ COLEGA,



DIRETORIA

Adus, Ano Velho; feliz Ano Novo. Jamais um surrado bordão traduziu um sentimento tão especial. Encerramos 2021 com o gosto amargo de que atravessamos uma das piores jornadas de nossas vidas pessoais e coletivas. Não foi fácil para cada um e para todos. Perdemos mais de 600 mil brasileiros na pandemia, assistimos ao presidente da República debochar da morte, boicotar a Ciência, estrangular o orçamento das universidades e transformar o governo na antessala do inferno. Mas o balanço dos quase 365 dias terríveis que deixamos para trás pode apontar algumas boas novas. A primeira delas é que a presidência de Bolsonaro vai acabar e podemos ajudar a varrê-lo para o subsolo da História, de onde jamais deveria ter saído. E, caro colega, aqui queremos te garantir que a AdUFRJ estará firme nesse propósito de derrotar Bolsonaro e participar da retomada da democracia e da política como exercício civilizatório. Dentro dos parâmetros da ética e da responsabilidade, a diretoria do sindicato dos professores da UFRJ se desdobrará

ADEUS A RICARDO BICCA DE ALENCASTRO

A diretoria da AdUFRJ manifesta seu pesar pelo falecimento do professor emérito Ricardo Bicca de Alencastro, na madrugada do dia 16. Bicca foi diretor do Instituto de Química (1976 a 1980), onde construiu um grupo de pesquisa em modelagem computacional de fármacos e processos biológicos, se tornando um dos pioneiros da área no país. "Dotado de um conhecimento em Química excepcional, o professor Bicca traduziu, também, alguns dos principais livros didáticos da área de Química Orgânica usados em nossos

cursos", diz uma nota divulgada pela direção do IQ. "Era sobretudo um intelectual; uma pessoa que prezava o conhecimento e o saber em todas as suas formas de expressão. Fará enorme falta a todos, pelo exemplo que foi de amor e dedicação à ciência e ao saber".

Diretor da AdUFRJ e representante dos professores eméritos no Consuni, Ricardo Medronho lamentou a perda do colega, na sessão realizada dia 16. "Foi um excelente professor e pesquisador. Autor de 147 artigos, seis livros, oito capítulos de livro, orientou muitas teses de doutorado



e dissertações de mestrado". O docente sugeriu uma moção de pesar do colegiado, aprovada por unanimidade ao fim da reunião.

RECESSO DO PLANTÃO JURÍDICO O atendimento jurídico da AdUFRJ encerra os trabalhos no dia 20 e retorna no dia 11 de janeiro de 2022. Se houver alguma demanda urgente, favor enviar e-mail para: beline@adufjr.org.br



CONVÊNIOS

Os professores filiados à AdUFRJ contam com um setor de convênios, que firma parcerias com empresas prestadoras de serviços em diferentes áreas (veja relação abaixo). A proposta é oferecer descontos em estabelecimentos como escolas, cursos, academias, clínicas estéticas e de saúde, entre outros. Para mais informações, os interessados podem entrar em contato com Meriane, no tel: (21) 99358-2477 ou pelo e-mail: meriane@adufjr.org.br.

RIO DE JANEIRO



MAPLE BEAR TIJUCA



MIT CUIDADORES



ACADEMIA TIJUCA FIT



MADONA CLINIC



PSICARE



FISIOTERAPIA RJ LTDA



CRECHE AMANHECENDO



CRECHE ESCOLA RECRIAR



CESTA CAMPONESA DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS



ROÇA URBANA ORGÂNICOS



JC LUZ CORRETORA



FLORA ENERGIA SUSTENTÁVEL



MACAÉ



ESCOLA ALFA



CLÍNICA ESTAÇÃO CORPORAL



HUMANA CLÍNICA MULTIDISCIPLINAR



MAIS FITNESS ACADEMIA

Falta de pessoal prejudica atendimento no IPPMG

> Dos 54 leitos de enfermaria do instituto, só 30 estão funcionando. Na UTI, oito dos dez leitos estão abertos

LUCAS ABREU
lucas@adufjr.org.br

Os atendimentos de emergência no Instituto de Puericultura e Pediatria Margatão Gesteira (IPPMG) estão parcialmente suspensos desde o dia 27 de novembro. A medida é resultado da falta de pessoal e do subfinanciamento da unidade. Um comunicado na página do instituto na internet diz que "só é possível oferecer assistência aos pacientes sob risco imediato de morte, pacientes em tratamento de leucemias, linfomas e doenças de imunossupressão".

"O déficit de recursos humanos para compor a equipe é muito grande. Sem quantitativo, tenho que reduzir de alguma forma o atendimento", explicou o diretor do IPPMG, Bruno Leite Moreira. O instituto tem 540 servidores e 117 extraquadros, mas 48 servidores não estão trabalhando, em função da pandemia. "São muitos funcionários afastados por conta de comorbidades, o que está previsto nas resoluções da UFRJ, mas a situação causa muitos impactos aqui", completou. Dos 54 leitos de enfermaria, apenas 30 estão funcionando. Na UTI, dos dez leitos, oito estão abertos.

"Não pude, por exemplo, manter a classificação de risco da emergência funcionando por 24 horas por falta de enfermeiros", relatou Bruno. Se houver alguma mudança nas resoluções que

regulam o trabalho durante a pandemia, pode haver alguma melhora neste cenário, mas não seria uma solução definitiva. "O ideal seria ter concurso público", defendeu o diretor. Bruno calcula que seria necessário aumentar em 35% a equipe da emergência pediátrica — hoje composta por 90 profissionais.

O orçamento também é motivo de preocupação e só ganhou algum fôlego neste fim de ano. "Em 2021, o Rehuf (Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais) teve uma redução drástica. Só o IPPMG recebia R\$ 7 milhões, que, este ano, foi o valor que toda a UFRJ recebeu", informou. O instituto, desde abril, sofreu para comprar insumos. "Mas isso, agora no final do ano, foi solucionado porque veio um orçamento do governo federal para suporte dos hospitais. Então, vamos conseguir equilibrar as contas", relatou o diretor. Desde 11 de novembro, chegaram ao instituto repasses totalizando R\$ 5,2 milhões.

"TENDÊNCIA É PIORAR"

A sobrecarga no sistema de saúde pública do estado também influenciou a decisão da equipe do IPPMG. "Está havendo uma crise geral nos atendimentos dos hospitais. Há duas semanas, o sistema de regulação estava com cerca de 30 crianças na fila para UTI pediátrica", contou Bruno. Com esta sobrecarga, não há como transferir pacientes para outras unidades.

Para o coordenador do Complexo Hospitalar da UFRJ, Leôncio Feitosa, o que acontece no



FERNANDO SOUZA/ARQUIVO DA ADUFRJ

ATENDIMENTO no instituto, que é referência na área de Pediatria, foi parcialmente suspenso

IPPMG é um retrato da crise pela qual passam as unidades hospitalares da UFRJ. "Essa crise vem de algum tempo, e a tendência é piorar. O HU, por exemplo, já teve 550 leitos, e em janeiro terá 200, talvez 180", ilustrou.

Leôncio ainda joga uma nova luz sobre o problema da falta de pessoal nas unidades do complexo. Com a falta de concursos, o quadro de profissionais vai envelhecendo, o que torna certas tarefas mais difíceis de serem executadas. "Nossas enfermeiras estão ficando velhas, algumas com dores nas costas e doenças como reumatismo. Você não pode querer que uma enfermeira com quase 60 anos, dor nas costas e hipertensão leve um paciente da cama, leve ao banheiro. Ela não aguenta. Então às vezes parece que há

um bom número de profissionais para atender, mas só alguns conseguem fazer trabalhos mais pesados", explicou.

O cenário atual de cortes no orçamento e falta de concursos tornou o trabalho de administrar os hospitais, na opinião de Leôncio, uma "luta pela sobrevivência". "Nós estamos o tempo inteiro administrando a penúria", disse Leôncio. Para ele, é importante que a UFRJ possa negociar com a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebsers), mas a empresa não é a solução dos problemas, e sim uma "boia de salvação". "Ganhamos a decisão no Consuni e vamos poder negociar com a Ebsers. Vamos montar um grupo para discutir as necessidades da UFRJ para esta negociação. Nossa perspectiva é não morrer", esclareceu.

O vice-reitor da UFRJ, professor Carlos Frederico Leão Rocha, comentou que a administração central está ciente das dificuldades do instituto, e lamentou o fechamento parcial da emergência. "O IPPMG tem uma importância no atendimento pediátrico no Rio de Janeiro, é um prejuízo grande para a população", disse.

O docente reconheceu que não só o IPPMG, mas o HU e outras unidades de saúde estão passando por um momento extremamente delicado. Mas o problema não começou agora. "Esse problema vem desde antes de 2013, quando se discutiu pela primeira vez a possibilidade de contratar a Ebsers. O que se espera agora é que as conversas com a empresa prosperem e consigamos suprir essa deficiência", comentou.

DEPOIMENTO | TOMAZ PINHEIRO DA COSTA, VICE-DIRETOR DO IPPMG (1985-1989), DIRETOR DO INSTITUTO (1989-1993) E DIRETOR DA ADUFRJ (1983-1985)

A emergência do IPPMG foi criada quando eu era vice-diretor do instituto, ainda no começo da gestão do professor Luiz Carlos Siqueira como diretor. Tínhamos cerca de 25 leitos ativos na época. Ainda não havia o Sistema Único de Saúde, mas sim o Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (Suds), e iniciava-se uma política mais integrada de assistência, que envolvia todos os equipamentos públicos, inclusive as unidades universitárias. Os recursos do Ministério da Saúde e Previdência Social para a manutenção do hospital eram destinados de acordo com o porte do equipamento — um hospital de pequeno porte não recebia praticamente nada. Tínhamos que crescer para virar um hospital de médio porte, o que significava ter pelo menos



DIVULGAÇÃO

90 leitos. Para crescer esse tanto não podíamos ficar dependendo da procura espontânea ou de eventuais encaminhamentos.

A emergência foi criada para ser uma potente porta de entrada para a área de internação (enfermarias) do hospital. Além de cumprir um papel no ensino e

na capacitação de pessoal para a rede pública, que é papel da universidade no nosso setor, a emergência também cumpriu o papel de expandir a unidade. Foi assim que conseguimos aumentar a capacidade do hospital para 90 leitos em quatro anos.

Com a emergência aberta, o IPPMG tinha clientela para assegurar o aumento da capacidade. A emergência abriu uma pressão de demanda interna para internação. Isso fez com que os recursos vindos do setor público, na época do Suds, aumentassem. Tivemos também o apoio de uma reitoria muito ousada. Para ter a emergência aberta era preciso, por exemplo, ter uma ambulância bem equipada, o que, na época, era um investimento muito dispendioso para a unidade. Isso nós conseguimos não só com o recurso da produção, mas com o apoio

da reitoria. A captação de recursos, como de resto para todas as unidades, foi uma das nossas grandes dificuldades na empreitada. Uma questão muito difícil que enfrentamos foi um pouco de resistência da academia. Na época, havia uma grande corrente na universidade que achava que emergência, digamos assim, não era uma atividade nobre para a academia.

A abertura da emergência trouxe muitos ganhos para o IPPMG, tanto na área de internação, com a abertura de novos leitos, quanto na sustentação do projeto, mas também no atendimento ambulatorial, expandindo para mais de 20 as especialidades ambulatoriais na Pediatria. Essas duas expansões, de leitos e de especialidades, trouxeram enormes ganhos acadêmicos para o IPPMG.

E a iniciativa também permitiu

que construíssemos uma integração maior com o que viria a ser o SUS. Porque com uma emergência aberta e atendida a demanda de uma população, o IPPMG pôde fazer articulações e negociações com o Suds, que trouxe mais recursos para o instituto. Quando o Sistema Único de Saúde foi criado, o IPPMG já estava pronto para lidar com ele.

E ainda houve ganhos para a população da região onde fica o IPPMG. Essa área se beneficiou muito com uma nova emergência pediátrica aberta, o que era até então uma carência local. E acho que a população sempre teve um carinho muito grande pelo IPPMG, nós tínhamos um nome, uma adesão afetiva à unidade que passou a estar aberta 24 horas por dia para atender suas demandas.

Consuni aprova déficit de R\$ 93 milhões para 2022

KELVIN MELO
kelvin@adufjr.org.br

A UFRJ ainda não sabe quanto terá em caixa para enfrentar 2022. A lei orçamentária anual só deverá ser aprovada no início da próxima semana. Mas, entre os rebaixados números apresentados pelo governo e uma eventual recomposição conquistada no plenário do Congresso, a tendência é que a universidade tenha mais um ano bastante difícil. Na última sessão do ano, dia 16, o Consuni aprovou, por unanimidade, a proposta da reitoria que indica um déficit de R\$ 93 milhões para o próximo exercício fiscal.

A administração central trabalhou com a proposta orçamentária do governo (PLOA), enviada em agosto ao Congresso. É, até o momento, o último documento legal disponível. “Todo dia, há alterações (nos debates do Congresso). Não poderíamos nos basear nas discussões”, explicou o pró-reitor de Planejamento e Finanças, professor Eduardo Raupp.

A montanha-russa dos números pode ser demonstrada em dois momentos. Na semana passada, o relator da Comissão Mista de Orçamento, deputado Hugo Leal (PSD-RJ), indicou um corte de 6% na PLOA das universidades, o que representaria menos R\$ 16 milhões nos cofres da UFRJ. Já na véspera do Consuni, a presidente da comissão, senadora Rose de Freitas (MDB-ES), disse ter assegurado junto ao Ministério da Economia uma recomposição de 80% dos valores nominais de 2019 destinados às universidades, o que poderia trazer mais R\$ 40 milhões para a maior federal do país. Mas, ainda assim, seriam insuficientes. As universidades reivindicam 100% dos valores de 2019, com correção pela inflação.

Pela PLOA 2022, o orçamento da UFRJ cresce 7,23% em rela-

ção a 2021 (R\$ 320,8 milhões contra R\$ 299,1 milhões). “Porém, o de 2021 já vem de uma redução de 20%. Na verdade, ele confirma uma redução muito brutal para a nossa gestão orçamentária”, disse Raupp. A realidade, porém, obriga a instituição a trabalhar no vermelho. “Nossa demanda de gastos em 2022 seria de R\$ 413 milhões. O que consolida em relação à PLOA de R\$ 320 milhões um déficit de mais de R\$ 90 milhões”, completou. O pró-reitor informou que não seria possível fazer mais ajustes. “A avaliação técnica das nossas equipes é que os cortes que fizemos em 2020 nos levaram ao limite operacional”, afirmou.

COMO FICAM OS GASTOS INTERNOS

O texto da PLOA 2022 prevê uma pequena verba para investimento (R\$ 6,3 milhões), mas Raupp enfatizou que nem isso está garantido. Ano passado, havia a previsão, mas o investimento foi cortado por sanção presidencial. O único item recomposto nominalmente aos valores de 2019 é o do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que passa de R\$ 42,1 milhões para R\$ 54,4 milhões. O Museu Nacional, já há dois anos, ganhou uma rubrica própria de apoio à reconstrução do prédio (prevista em R\$ 1,5 milhão para 2022).

Verbas que chegavam aos hospitais por transferências ao longo do ano passam a constar do orçamento. Só que com valores bastante rebaixados. O Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (REHUF) reservaria apenas R\$ 10 milhões para o Complexo Hospitalar da universidade. E os recursos para enfrentamento da pandemia, também incluídos na peça orçamentária, despencaram: estão previstos R\$ 15 milhões no orçamento contra R\$ 64 milhões de 2020 e os R\$ 34 milhões deste ano. “É positivo ser contempla-

ORÇAMENTO EM NÚMEROS

NÚMEROS GERAIS			
	Orçamento 2021	Proposta para 2022	Variação
Despesas obrigatórias (pessoal)	R\$ 3,66 bilhões	R\$ 3,59 bilhões	- 2,02%
Despesas discricionárias	R\$ 299,1 milhões	R\$ 320,8 milhões	+ 7,23%
Emendas parlamentares	R\$ 17,4 milhões	(ainda não atribuído)	-

DESPESAS DISCRICIONÁRIAS		
	Orçamento 2021	Proposta para 2022
Custeio e investimento	R\$ 126,2 milhões	R\$ 120,4 milhões
Reuni/PRE	R\$ 85,4 milhões	R\$ 90 milhões
Investimento	-	R\$ 6,3 milhões
PNAES (assistência estudantil)	R\$ 42,1 milhões	R\$ 54,4 milhões
Museu Nacional	R\$ 1,1 milhão	R\$ 1,5 milhão

COMPLEXO HOSPITALAR (VALORES NOVOS INCLUÍDOS)	
Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais/REHUF	R\$ 10 milhões
Enfrentamento da covid-19	R\$ 15 milhões

AÇÕES INTERNAS		
	Orçamento 2021	Proposta para 2022
Capacitação de servidores	R\$ 1,1 milhão	R\$ 2 milhões
Orçamento participativo	R\$ 7,6 milhões	R\$ 18 milhões

do no orçamento. Permite fazer um planejamento melhor desde o início do ano, mas os valores reduzidos são preocupantes”, disse Raupp.

O dirigente também sinalizou uma preocupação com uma diminuição inédita. O orçamento de pessoal perde R\$ 73.912.973,00 (-2,02%). “Não temos nenhuma explicação oficial do governo. A folha (de salários) tende ao crescimento vegetativo”, observou.

Apesar de tudo, duas boas notícias para a comunidade. A reitoria decidiu ampliar o aporte para capacitação dos servidores (de R\$ 1,1 milhão para R\$ 2 milhões). E, além de aumentar os recursos do chamado orçamento participativo (de R\$ 7,6 milhões para R\$ 18 milhões) — partilhado entre decanias e unidades —, irá liberar as verbas de uma vez só. “Estamos abandonando a tradicional divisão por cotas e trabalhando com um valor global,

que está sendo incrementado em 136%. Será liberado logo no início do ano, assim que for liberado para a universidade”, disse. A Comissão de Desenvolvimento do Consuni recomendou a aprovação da proposta da reitoria, mas apontou a necessidade de a UFRJ retomar a análise de prioridades e custos em obras paradas. “Sem dúvida, o Escritório Técnico da Universidade (ETU) poderá desempenhar um papel importante nesta tarefa”, diz um trecho do documento.

PREOCUPAÇÃO COM INCÊNDIOS

Os conselheiros também apresentaram suas preocupações. Representante dos professores titulares do CCMN, Claudio Lenz lembrou o histórico de incêndios da universidade. O docente solicitou mais cuidado com a manutenção das redes elétricas da UFRJ. “Não sou especialista, mas acho que o valor previsto para manuten-

ção predial e obras está muito pequeno”. O pró-reitor de Planejamento informou que as verbas destinadas à manutenção, muitas vezes, estão dispersas em diferentes itens da planilha orçamentária. “Mas, claro, ainda são insuficientes”, disse. Decano do CT, o professor Walter Suemitsu elogiou a proposta de liberar o orçamento participativo de uma só vez, mas acredita que a divisão entre unidades precisaria ser discutida. “Acho que há algumas incongruências. Houve o surgimento de novas unidades. Essa divisão precisa ser revista”.

Já a decana do CCMN, professora Cássia Turci, observou a necessidade de aumento das diárias dos estudantes, hoje de apenas R\$ 42. “Há uma preocupação muito grande em relação ao retorno dos trabalhos de campo, principalmente nos cursos de Geologia e Geografia”, disse.



Hospital terá sistema de energia limpa em 2022

> Placas fotovoltaicas estão sendo instaladas na fachada do HU voltada para a estação do BRT

BEATRIZ COUTINHO
comunica@adufjr.org.br

A no novo, vida nova para o Hospital Universitário Clementino Fraga Filho. Ou melhor, projetos novos. Estão sendo instaladas 432 placas fotovoltaicas na parede do prédio voltada para a estação do BRT, que recebe maior incidência de raios solares. O sistema, previsto para entrar em funcionamento no primeiro semestre de 2022, vai gerar energia limpa e, a longo prazo, economizar recursos para a universidade. Hoje, a unidade de saúde consome em média 10.800MWh (megawatts-hora) por ano. A conta de luz vem salgada: R\$ 400 mil por mês. “Nosso consumo é muito grande. São equipamentos elétricos e cirúrgicos, elevadores, bombas de recalque de água. Tudo é muito custoso”, destaca João Roberto Nunes, chefe da Divisão de Engenharia do HU.

As placas iniciais ficarão longe de suprir esta demanda. Serão produzidos apenas 154,5 MWh por ano. No valor atual da energia, seria uma economia de R\$ 11 mil por mês. Mas o engenheiro sonha alto: “Hoje, elas são objetos de estudo pra avaliação da sua eficiência na vertical, diferentemente da horizontal”, explica João. “No futuro, quando conseguirmos utilizar os seis mil metros quadrados de telhado horizontal para produção de energia elétrica, conseguiremos, possivelmente, zerar essa conta. Esse será o grande salto”, completa.

A instalação já vai trazer um ganho que não é visível para quem está apenas passando pelo hospital. Uma nova subestação elétrica está sendo construída para conferir segurança à rede elétrica do HU e possibilitar a ligação do sistema fotovoltaico à rede elétrica da concessionária.

A antiga subestação do hospital foi construída antes das normas técnicas atuais e funcionará como distribuidora intermediária. “Vamos ter uma segurança energética e elétrica muito maior do que tínhamos. Foi um ganho fundamental no sentido de segurança”, afirma.

O sistema de placas é financiado pelo Fundo Verde de De-



Vamos ter uma segurança energética e elétrica muito maior do que tínhamos. Foi um ganho fundamental no sentido de segurança

JOÃO ROBERTO NUNES
Chefe da Divisão de Engenharia do HU

FOTOS: MARCO BRANDT/ASSESSORIA DE IMPRENSA HUCFF



envolvimento e Energia para a Cidade Universitária da UFRJ e está orçado em R\$ 1,3 milhão. Criado em 2012 por decreto estadual, o fundo tem como objetivo transformar o campus da Ilha do Fundão em um polo de projetos de desenvolvimento sustentável. Só de sistemas fotovoltaicos, já existem cinco iniciativas. Bruno Allevato, coordenador técnico do Fundo Verde, explica o que pesou para escolha do

hospital como local do projeto: “A fachada vertical, porque temos o intuito de diversificar as formas de instalação desses sistemas; e a rede elétrica, que necessita de melhorias”, afirma. “Estamos realizando a adequação das placas fotovoltaicas e a adequação da subestação de energia dentro do HU”. Segundo Allevato, a estimativa de geração de energia será equivalente ao consumo de 70 residências.

CRISTINA RICHE SE DESPEDE DA OUVIDORIA DA UFRJ

Debaixo de uma chuva de elogios dos representantes de diferentes centros e unidades, a professora Cristina Riche se despediu da Ouvidoria-geral da UFRJ, na sessão do Consuni do dia 16. A docente apresentou um balanço dos 12 anos em que ocupou o posto.

No período, a ouvidoria atendeu mais de 20 mil manifestações das mais diferentes naturezas. “Dos pacientes das unidades hospitalares buscando orientação para o seu tratamento ao estudante com dificuldades para cumprir

os trâmites da entrega do seu trabalho de final de curso”, disse Cristina. Foram, em média, 125 ocorrências por mês. “Cada gestor tem a possibilidade de traçar estratégias de ações a partir destas manifestações individuais”, ressaltou. É também na ouvidoria da UFRJ que se concentra, desde 2019, o atendimento da Lei de Acesso à Informação (com respostas a 1.244 solicitações, nesses três anos).

A professora enfatizou que o órgão é muito mais que um canal para receber reclamações, elo-

gios ou sugestões. “Eu costumo dizer que as ouvidorias são verdadeiros remédios constitucionais com capacidade para prevenir, combater, tratar e enfrentar as patologias sociais. Sua existência nas instituições públicas pode garantir o fim da apatia e da descrença na prestação adequada e eficiente dos serviços”, disse. “A ouvidoria é a voz do cidadão na UFRJ e o seu propósito é o de garantir direitos. É muito gratificante olhar para trás e ver como a ouvidoria participou de tantos processos coletivos para tornar a

universidade sempre mais democrática, diversa, inclusiva, aberta, acessível, comprometida com o desenvolvimento e a soberania do país”, disse, emocionada.

A reitora Denise Pires de Carvalho informou que a professora só deixou a função por conta de uma recente portaria da Controladoria-Geral da União, que limitou os mandatos nas ouvidorias dos órgãos públicos. “Você fez mais que a escuta. Fez a escuta sensiente olhar para trás e ser como a ouvidoria participou de tantos processos coletivos para tornar a

Cristina não deixou de atender a comunidade acadêmica em nenhum momento”. A dirigente revelou ter convidado a professora para a coordenação de uma estrutura, ainda em estudo, para combater às violências e discussões de direitos humanos.

Ao final da sessão, por unanimidade e aclamação, o Consuni aprovou uma moção de agradecimento ao trabalho realizado pela professora. Cristina Riche foi substituída na ouvidoria pela ex-pró-reitora de Pessoal, Luzia Araújo. (Kelvin Melo)

NOTAS

CASA DA CIÊNCIA REABRE AO PÚBLICO

A Casa da Ciência volta a receber visitantes nesta sexta (17) e sábado (18). O espaço, que vai seguir todos os protocolos de segurança, apresenta a nova exposição “Brincadeiras de Criança”, com esculturas de bronze produzidas pelo artista plástico Ivan Cruz. A mostra “Alzheimer”, que já ocupava o local antes da pandemia, também continua emocionando o público com obras de 20 artistas brasileiros, do grafite à colagem e da pintura a óleo ao carvão. Para a visita, será preciso re-



BRINCADEIRAS de Criança, e “Alzheimer”, exposições liberadas com agendamento

alizer o agendamento prévio em link disponível na página e nas redes sociais da Casa da Ciência. Na porta de entrada, serão exigidos: comprovante

de vacinação contra a covid-19 e uso de máscara. A equipe da Casa também recomenda que cada um leve a própria garrafa com água.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA PREMIA APLICATIVO DESENVOLVIDO NA UFRJ

O aplicativo Maria da Penha Virtual, desenvolvido pelo Centro de Estudos Direito e Tecnologia (Ceditec) da UFRJ, acaba de ser premiado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A ferramenta, que foi tema de matéria do **Jornal da AdUFRJ** em novembro do ano passado, facilita a denúncia de violência doméstica. Basta a vítima preencher um formulário eletrônico com informações

básicas sobre a agressão sofrida e o documento será enviado automaticamente para uma das juízas especializadas do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da capital. O projeto ganhou na categoria Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) e um dos parceiros da iniciativa. A solenidade de premiação dos vencedores ocorreu na terça-feira, 14, em evento de violência doméstica. Basta a vítima preencher um formulário eletrônico com informações



ÁREAS com mata densa cresceram em frente e nas laterais da Estação Aroldo Melodia, no Fundão. Depredações e falta de iluminação completam cenário decadente

Comunidade acadêmica denuncia abandono do BRT

> Inaugurado em 2014, espaço sofre com descaso do poder público. Usuários sentem medo, universidade cobra soluções e autoridades do município e do estado prometem melhorias

SILVANA SÁ E BEATRIZ COUTINHO
comunica@adufrj.org.br

A sensação de insegurança ronda a estação do BRT Fundão. Há grades quebradas no entorno, o mato já atinge cerca de três metros de altura, falta iluminação e falta patrulhamento. É o que dizem os usuários do sistema de ônibus articulados e das linhas regulares que ligam a Cidade Universitária ao Centro, Tijuca, Niterói e Ilha do Governador.

“Se acontecer alguma coisa, não há ninguém para ajudar, para dar um suporte”, reclama Daniela Moreira, servidora do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho. “O terminal é inóspito, completamente deserto, principalmente nos finais de semana. Por aqui passam pessoas de muitos lugares, muita gente bêbada e usuária de drogas acaba acessando também. Eu me sinto insegura”, relata.

O problema piora à noite. “Já arrombaram aqui uma vez e agora estão tentando arrombar a loja de novo, pelo outro lado”, revela uma vendedora que trabalha na plataforma externa ao BRT e prefere não se identificar, por medo de represália. Ela e parte da família moram na Vila Residencial e vivem um cotidiano de insegurança. “Sempre tinha alguém da família que se revezava para esperar minha sobrinha, para que ela não ficasse sozinha ao voltar do curso. Ela chegava sempre depois das 22h aqui no terminal”, lembra. “É muito perigoso. Até 20h, ainda tem mais movimento, mas à medida que fica mais tarde, fica mais estranho. Qualquer um pode estar escondido atrás do mato, passar pelas grades quebradas. É perigo principalmente para mulher”.

Allan Santos, estudante de Artes Visuais e morador da Residência Estudantil, acredita que a área sofre os mesmos problemas do restante da cidade. “Outras partes do Rio também são perigosas, sobretudo à noi-

te. Acho que o problema é mais complexo do que só colocar iluminação e segurança”, opina o aluno. Allan viu a estação BRT ser criada, em 2014, e testemunha das mudanças ao longo do tempo. “Reconheço que piorou. No início, era mais iluminado e tinha sempre agentes de segurança, inclusive do próprio BRT. Hoje, a gente pode ver que não tem mais ninguém. Esse é o único ponto que faz uma conexão entre o BRT e meios de transporte para outras partes da cidade. Realmente precisa de mais atenção”, acredita.

O prefeito da Cidade Universitária, Marcos Maldonado, esclarece que a região não está sob a ingerência da universidade, mas afirma que busca soluções. “A UFRJ não tem controle sobre aquele espaço, mas temos mantido contato com diferentes agentes públicos para a realização de obras de manutenção, limpeza, capina e iluminação. Também falamos com a empresa que administra o BRT solicitando reforço na segurança, além das ações que já existem

no campus”, relata Maldonado. Carlos Chaves Barbosa, da Superintendência Regional da Ilha do Governador, antiga Subprefeitura da Ilha, confirmou que esteve no Fundão para fazer a vistoria solicitada por Maldonado. “A Comlurb e a Rioluz farão parte dessa força-tarefa de revitalização da área. A Comlurb precisa de 20 dias para fazer a poda baixa de toda

a região em frente e nas laterais das plataformas, além da limpeza. O local receberá mais luzes de LED e haverá a troca das lâmpadas queimadas”, assegura o representante da prefeitura do Rio. “Também haverá o reparo das grades e colocaremos um gari fixo nas proximidades”, completa. Os serviços deverão ser concluídos até o dia 27 de dezembro.



CONES sinalizam meio-fio quebrado para colocação de novas grades

FOTOS: SILVANA SÁ



ENTREVISTA | IRNAK MARCELO BARBOSA, DECANO PRO TEMPORE DO CENTRO MULTIDISCIPLINAR DE MACAÉ

“AGORA TEMOS UMA LOCALIZAÇÃO CORRETA DENTRO DO ESTATUTO”

LUCAS ABREU
lucas@adufrj.org.br

Em tempos tão difíceis para as universidades brasileiras, pelo menos uma data do ano que se encerra será guardada com muito carinho por mais de quatro mil professores, estudantes e técnicos da UFRJ: 8 de julho. Após um longo processo de institucionalização, esta comunidade passou a fazer parte do Centro Multidisciplinar UFRJ-Macaé, aprovado em uma sessão remota do Conselho Universitário. Para entender os impactos da mudança, o **Jornal da AdUFRJ** conversou com o decano *pro tempore* do mais novo Centro, professor Irnak Marcelo Barbosa. “Saímos de uma situação provisória e nos tornamos, de fato, institucionalizados”, afirma o docente do curso de Medicina, alçado ao cargo por ser o diretor do campus em julho.

● **Jornal da ADUFRJ – O que é o Centro Multidisciplinar de Macaé?**

■ **Irnak Marcelo Barbosa** – A UFRJ tinha seis centros, e nós somos o sétimo. Ele surge do anseio dos nossos seis institutos, também recém-criados, que eram cursos: Medicina, Nutrição, Enfermagem, Farmácia, Química e as engenharias mecânica, civil e de produção. É um grupo com 3,6 mil alunos, 360 docentes e 180 técnicos-administrativos. Um coletivo que já vinha batalhando para que pudéssemos ser um centro.

● **O que diferencia o Centro de Macaé?**

■ Os outros seis são como centros de uma área afim. Aqui em Macaé, não. Antes mesmo de sermos um centro, já nascemos com essa temática, com essa característica que os tempos contemporâneos pedem, que é a multidisciplinaridade. Hoje em dia, mais do que cursos e institutos separados, o interessante é que você tenha uma boa pergunta. As respostas dessa pergunta vão se dar em várias áreas.

● **Quais são as consequências da transformação?**

■ Saímos de uma situação provisória e nos tornamos, de fato, institucionalizados. Isso é o mais importante. Significa participar de todas as representações da UFRJ, como o CEG (Conselho de Ensino de Graduação), CEPG (Conselho de Ensino para Graduados) e CEU (Conselho de Extensão Universitária), mas também fazendo parte da CPPD (Comissão Permanente de Pessoal Docente), por exemplo. Aumentou o número de representações no Consuni, que era de apenas dois docentes, e agora, com a decania, tem três participantes. Já era de direito e agora, de fato, temos uma localização correta



“A institucionalização dá certa tranquilidade para que o servidor, técnico ou docente, saiba que tem representatividade nas instâncias superiores da universidade.

dentro do estatuto, do regimento geral da universidade, fazendo parte como o novo centro.

● **Como isso ajuda Macaé?**

■ A institucionalização dá certa tranquilidade para que o servidor, técnico ou docente, saiba que tem representatividade nas instâncias superiores da universidade. Af se resgata uma justiça para que um centro do interior possa ter uma representação dentro das decisões estratégicas da universidade. Por exemplo, a discussão sobre orçamento. Só para fazer uma comparação: nós recebemos

o equivalente à decania do CCS. O orçamento hoje aqui é de R\$ 687 mil por ano. Agora tem que mudar, para haver uma certa proporcionalidade, que leve em consideração o número de alunos, a distância, uma série de coisas. Acho que o orçamento também tende a se atualizar.

● **Já era uma vontade antiga essa mudança de status?**

■ Houve uma tentativa, já no finalzinho da gestão do reitor Carlos Levi (2011-2015). Nos quatro anos da gestão do reitor Roberto Leher, ele já havia colocado isso em discussão, mas a questão era saber quantos institutos seriam. Vai ser um instituto, por exemplo, da Saúde, já que ali tem a Medicina, ou vai ser o instituto das Exatas? Isso não implicava só a questão organizacional, mas também uma questão política. Como seria a organização de direções, funções gratificadas e na Cotav (Comissão Temporária de Alocação de Vagas), onde se batalha pelo número de docentes? Ou até mesmo na PR-4 (pró-reitoria de Pessoal), para batalhar pelo número de técnicos? Essa discussão levou um tempo. Logo que a reitora Denise Pires assumiu, ela prometeu que iria lutar para que o nosso campus se tornasse um centro. Nosso papel era fazer o trabalho de casa: preparar uma proposta para ser enviada à Comissão de Legislação e Normas (CLN) do Consuni. E 2020 foi um ano difícil, com a pandemia, e os colegas trabalhando de maneira remota. Mas eles fizeram uma caminhada interna, passando pelas congregações e pelos conselhos de centro para poder ouvir opiniões. Passando por isso tudo, com essa costura política, o pessoal se sentiu à vontade, no final do ano passado, para enviar a proposta à CLN. Nós, da diretoria, tomamos posse no dia 8 de

março. No nosso plano de trabalho, nossa prioridade zero era a institucionalização do campus.

● **Como está a volta das aulas presenciais em Macaé?**

■ Está lenta. Como costumamos dizer nas nossas reuniões, está sendo gradual e responsável. Entre nossos estudantes, há um percentual, que não é pequeno, carente. Precisam de alimentação, de transporte, moradia. Há os casos em que o aluno perdeu entes queridos, e a família está empobrecida. O Brasil está um país mais inflacionado, o custo de vida está mais alto. Percebemos aqui que muitos alunos optaram pelo remoto por força das circunstâncias. Mas, para cursos essenciais, como a Medicina e a Enfermagem, que precisam de atividades práticas, a vacinação nos deu uma tranquilidade. Somado a isso, há um conhecimento de biossegurança, sobre os espaços, o uso de máscara, o distanciamento, e ainda a questão da exigência do comprovante vacinal. Isso tudo veio para ficar. Estamos tomando precauções, como criar uma identificação visual dos espaços, além de medir quantos cabem em cada sala e ver se temos o quantitativo suficiente de EPIs para poder lidar com o aumento da frequência do uso das nossas instalações. Temos mantido rigor com setores da limpeza que são terceirizados, especialmente com a questão dos banheiros. Separamos as cadeiras com fitas. Salas onde cabiam 80, 90, 100 pessoas hoje em dia cabem 50, 40, 30, o que nos obriga a ter uma disponibilidade maior de espaços. É um enorme desafio. Não basta falar “ah, voltou o presencial”, por mais que haja uma liminar, que um desembargador tenha mandado voltar.

O QUE DIZEM A SECRETARIA MUNICIPAL DE ORDEM PÚBLICA E A POLÍCIA MILITAR

A assessoria de imprensa do BRT Rio informou que a Secretaria Municipal de Ordem Pública (SEOP) coordena atualmente toda a política de segurança nas estações que compõem o sistema BRT. Procurada, a SEOP afirmou que a Estação BRT do Fundão (Aroldo Melodia) “conta com rondas, tanto no período diurno quanto noturno, feitas por agentes do Programa BRT Seguro”. Criado em junho desse ano, o BRT Seguro opera com cerca de 85 policiais militares e 30 guardas municipais por dia, em média. O custo estimado do Pro-



grama BRT Seguro, até o fim de 2021, é de R\$ 10,14 milhões, que engloba o pagamento dos guardas municipais e o repasse ao Programa Estadual de Integração na Segurança (Proeis), da Polícia Militar. O programa

atende aos três corredores de transporte (Transcarioca, Transolímpica e Transoeste) com objetivo de “coibir crimes, desordens, depredações e o calor de passageiros” por meio do patrulhamento fixo nas estações

e rondas.

A SEOP ainda informou que as rondas são ligadas ao Centro de Controle Operacional do BRT e que funcionam 24 horas por dia, inclusive de madrugada. No entanto, a reportagem não avistou qualquer carro da segurança ao longo das duas horas em que esteve na estação, no dia 14 de dezembro.

Também questionada sobre a insegurança na Estação BRT do Fundão, a assessoria da PMERJ deu poucos detalhes. Explicou apenas que “os batalhões das regiões empregam policiamento no local das estações e na malha de circulação das composições”,

feita por meio do Proeis. Alegou ainda que “quem define e pode se pronunciar sobre a necessidade de emprego de reforço na segurança em cada estação do BRT é a concessionária que administra o sistema”. Todas as outras estratégias de policiamento relatadas pela assessoria são voltadas para a Linha Vermelha e suas adjacências, como parte do Programa Expresso Turístico – que tem por objetivo fortalecer o planejamento de segurança em corredores turísticos –, inaugurado no último dia 11 pelo governador Cláudio Castro (PL).

UFRJ ORIENTA PARA OS CUIDADOS COM A SAÚDE MENTAL

O cuidado com a saúde mental dos 14 mil servidores ativos da universidade é o principal tema do mais recente documento do Grupo de Trabalho Multidisciplinar sobre o Pós-pandemia da UFRJ. “Estamos divulgando e ampliando ações que já aconteciam”, conta a psicóloga Catiúscia Munsberg, da Seção de Atenção Psicossocial (SAPS), parte de uma das divisões da Coordenação de Políticas de Saúde do Trabalhador (CPST) que ajudou a formular o texto.

A publicação, divulgada no dia 13, informa que o funcionamento da SAPS foi inteiramente reorganizado em função da pandemia. “Criou-se um endereço de e-mail como nova forma de chegada ao acolhimento (...). Os atendimentos passaram a ocorrer de forma remota, com chamadas de voz e vídeo, mantendo-se as consultas psiquiátricas e atendimentos em saúde mental presenciais no Polo de Saúde Mental no IPUB”, diz um trecho.

No último caso, em regime de escala, mas de modo ininterrupto desde o início das medidas de distanciamento social. Hoje, com o retorno gradativo e seguro, permanece a possibilidade de os atendimentos ocorrerem

de forma remota ou presencial. Todos podem buscar o acolhimento em qualquer situação de sofrimento ou dificuldade vivenciada no trabalho ou relacionada a outras questões que envolvam a saúde mental.

O e-mail para contato é acolhimentosaps@pr4.ufrj.br. As mensagens são respondidas de segunda a sexta, das 8h às 17h. Após o primeiro e-mail, o interessado receberá um formulário para viabilizar o agendamento do atendimento. Há um endereço eletrônico específico para os gestores: acolhimentosaps_gestores@pr4.ufrj.br. “A gente não acredita só no cuidado do

indivíduo. Há também as questões institucionais”, ressalta Catiúscia.

O documento “Atenção Psicossocial e em Saúde Mental aos Trabalhadores no Retorno Gradual e Seguro às Atividades Presenciais” é o sexto complemento das diretrizes lançadas pelo GT para orientar a volta aos campi, em novembro. Coordenadora do GT, a professora Maria de Fátima Bruno explica que a divulgação “fatiada” evitou uma publicação muito extensa. “Priorizamos aquilo que precisava colocar na rua logo”. O primeiro “anexo”, por exemplo, tratou do aplicativo Espaço Seguro,



para classificar todas as instalações da universidade em relação ao risco de contágio pelo coronavírus.

As Diretrizes para o Retorno Gradativo, os documentos complementares, além das cartilhas – organizadas pelo Comitê de Biossegurança da UFRJ – podem ser acessados no site coronavirus.ufrj.br, na aba “Arquivos e Documentos”. (Beatriz Coutinho)

A teatralidade é essencialmente humana. Todo mundo tem dentro de si o ator e o espectador. Representar num 'espaço estético', seja na rua ou no palco, dá maior capacidade de auto-observação. Por isso é político e terapêutico.

Augusto Boal
(1931-2009)

SILVANA SÁ
silvana@adufrrj.org.br

A reinvenção do teatro brasileiro começou na mente de um aluno de Engenharia Química da UFRJ.

Era Augusto Boal, rapaz tímido que passou no vestibular em 1949. Chegou a se formar, mas nunca exerceu a profissão. "Seu interesse, desde muito pequeno, sempre foi o teatro, mas ele precisou 'pagar um pedágio' ao pai. Era preciso ter um 'canudo' na mão. Então, ele conquistou seu diploma superior e o direito de ir atrás de seu sonho", conta a psicanalista Cecília Boal, viúva do artista, nascido em 1931 e morto em 2009. "Boal continua sendo atual. Sua proposta não foi superada".

Criador do Teatro do Oprimido, Boal foi um ícone da arte política, engajada, questionadora, revolucionária. "Seu método oferece um formato que pode ser utilizado em qualquer lugar: na escola, numa fábrica, no campo. É uma ferramenta de luta contra a opressão", completa Cecília, que preside o instituto que leva o nome do marido.

Cultuado, estudado e reverenciado no mundo todo, o gênio do teatro será homenageado no próximo final de semana pelo Colégio de Aplicação da UFRJ. Alunos do segundo ano vão encenar dois textos de Boal. O espetáculo, uma livre adaptação de "Torquemada" e "Revolução na América do Sul", foi todo produzido a distância e será exibido no dia 19 de dezembro. A montagem encerra o ano de trabalho do projeto Encenação.

Para preparar a apresentação, os alunos recuperam a impressionante biografia do artista que escreveu, traduziu e adaptou 72 peças, dirigiu mais de 50 espetáculos e escreveu 20 livros. O acervo começou a ser criado ainda nos anos 1950, logo que Boal finalizou seu curso na então Escola Nacional de Química. Até o golpe de 1964, escreveu ou dirigiu 29 peças.

Dali em diante, a crítica à ditadura passou a integrar o contexto de suas obras. O espetáculo 'Opinião' foi o primeiro criado após o início da repressão e é um dos mais importantes musicais políticos do teatro nacional. Em 1971, o dramaturgo foi preso, torturado e enviado para o exílio. No mesmo ano, escreveu 'Torquemada', na Argentina. "Só retornamos ao Brasil em 1986,

MIL VEZES

BOAL

por iniciativa minha, e viemos para o Rio de Janeiro", relembra Cecília. "Desde então, houve uma reaproximação com a UFRJ. Boal passou a ser convidado para várias oficinas, palestras. Fez encontro no Teatro de Arena, também na área externa da Faculdade de Letras com o MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra)", conta.



ACERVO

Após sua morte, os herdeiros enfrentaram um dilema: o que fazer com seu vasto acervo? "Eu pensei que o lugar natural para a documentação que ele deixou era a UFRJ", afirma Cecília. "Levamos tudo para a Faculdade de Letras. Devo muito à UFRJ pela digitalização de boa parte do material", agradece Cecília. "Hoje, 90% do acervo digitalizado está disponível para consulta na internet graças à UFRJ".

A professora Priscila Matsunaga, da Faculdade de Letras, fez parte da articulação que trouxe o material de Augusto Boal para a UFRJ, em 2011. "Foi um acontecimento. Durante o breve período em que o acervo esteve na unidade, entre 2011 e 2019, inúmeras atividades de formação e divulgação foram possíveis", lembra. "Entre as atividades, foi concedido o título de Doutor Honoris Causa a Augusto Boal, pela Faculdade de Educação", lembra a professora Priscila.

HOMENAGEM DO CAP

Celi Palacios, professora de Artes Cênicas do CAP e estu- diosa de Augusto Boal, explica como surgiu a ideia de trazer textos do dramaturgo para a escola. "O setor curricular de Artes Cênicas sempre foi muito engajado nas questões contemporâneas, político-sociais. E Boal tem como princípio que o teatro é político, assim como todas as nossas ações são políticas", analisa. "Esse ano nos vimos mais uma vez presos pela pandemia, isolados, em ensino remoto e com todos os problemas que vêm piorando por conta da pandemia, como a fome, a miséria, a ascensão de pensamentos profascistas. Apesar de os textos serem um da década de 1970 e outro da década de 1950, Boal é contemporâneo, urgente e necessário".

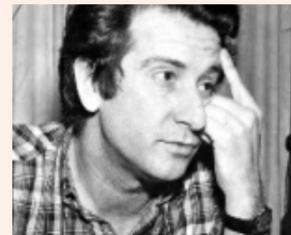
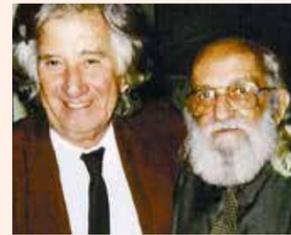
A professora Andréa Pinhei-

ro divide a coordenação do *Encenação* e conta que o projeto foi criado em 1997. "O projeto surgiu do desejo dos alunos montarem peças de teatro. Ao longo dos anos se tornou um programa curricular do segundo ano". Bolsistas dos cursos de Dança, Indumentária e Direção Teatral participam do projeto. "Há uma qualificação dos estudantes do ensino superior dessas áreas, bem como também dos estudantes do Ensino Médio, como atores", afirma. Nos dois últimos anos, as professoras e os alunos precisaram aprender a fazer teatro remoto. "Fez parte de uma luta para salvar vidas".

O espetáculo "2x Boal" será transmitido às 18h do dia 19 pelo canal do Youtube CAP na Quarentena. Dele fazem parte 25 alunos do Ensino Médio e oito bolsistas dos cursos de Indumentária, Dança e Direção Teatral.

Em dezembro de 2019, o acervo começou a ser transferido para o Museu Lasar Segall, em São Paulo, cuja biblioteca é especializada em artes do espetáculo. "Terminamos a transferência em

fevereiro de 2020, imediatamente antes de estourar a pandemia. Por isso, ele não está ainda acessível fisicamente no Museu. Mas estará em breve", explica dona Cecília Boal.



FICHA TÉCNICA DO ESPETÁCULO

TURMA 22 A
Direção de Cena: Aureo Müller
Direção de Movimento: Allessandro Ribeiro
Orientação: Celi Palacios

ELENCO 22 A

- Arthur Vale
- Bia Gonzales
- Carol Moraes
- Felipe Frascino
- João Gabriel Moniz
- Madu Durso
- Nina Dantas
- Vinicius Gomes
- Yanni Torquato

TURMAS 22 B e C

Direção de Cena: Kamilla Ferreira e Diego Santos
Orientação: Andréa Pinheiro

ELENCO 22 B

- Camille Ximenes
- Daniel Pericin
- Davi Oliveira
- Leonardo Gabriel de Amorim
- Lorenzo Kaulino
- Luana Diniz
- Luiza Laviola
- Mari Falcão
- Renan Correia

ELENCO 22 C

- Alice Marinho
- Arthur Costa
- Beatriz Saronne
- Davi do Rosário Sombra
- Guilherme Esquerdo Pereira
- Júlia Cantuário
- Tatah Souza

Figurino:

Viviane Dutra
Edição: Yasmin Viana, Allessandro Ribeiro e Ryan Santos
Arte de Divulgação: Lígia Monteiro
Produção: Ryan Santos
Direção Artística: Andréa Pinheiro e Celi Palacios

FOTOS: ACERVO AUGUSTO BOAL

